

Despacho nº 01/2021 – 4ª/GRA/USA

Processo nº 59540.001691/2021-37-e - Impugnação do edital nº 37/2021

À
4ª/SL,

Trata-se de impugnação apresentada pelas empresas FORÇA ALERTA SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ sob o nº 10.446.347/0001-16 e MULTSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ sob o nº 04.966.422/0001-77, ao edital nº 37/2021 - Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância armada e desarmada e segurança patrimonial, nas unidades sob jurisdição da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada em Aracaju, Estado de Sergipe.

Das Alegações das Impugnantes:

Em suas alegações, os impugnantes afirmam inobservância do subitem 6.5 do Termo de Referência e do subitem 3.5.1.5 do Edital com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 em seu anexo VII-A quanto às exigências relativas à qualificação técnica das licitantes, a saber:

“3.5.1.5. Relativos à Qualificação Técnica (Edital) e 6.5. Relativos à Qualificação Técnica (Termo de Referência)

Certificado de Registro emitido pelo Exército Brasileiro para utilização de PCE – Produto controlado pelo Comando do Exército, conforme determina a Portaria nº 56- COLOG, de 05 de junho de 2017.”

Do parecer técnico

No tocante as alegações, considerando tratar-se de documento de qualificação técnica para participação no Pregão tendo em vista que a exigência de apresentação deste documento não possui amparo normativo. Logo, sugere-se **a exclusão dos subitens supramencionados** na redação do termo de referência e edital.

Da Conclusão

Conceder provimento parcial a impugnação, para que seja executada a devida alteração no edital e termo de referência, considerando o exposto, permanecendo inalterados **os prazos** e as demais cláusulas do termo de referência e do edital, em consonância com o Decreto nº 10.024/2019, a saber:

*“Art. 22 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, **exceto** se,*

inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.”

Aracaju/SE, 17 de dezembro de 2021.

Leonardo Gomes Pereira

4ª/GRA/USA

Chefe Substituto